

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
ESTADO DO PARANÁ

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
LANÇAMENTO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
20/12/2023

ATA 1

13 Ao vigésimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte três, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram-se nas dependências
14 do Auditório do Centro Social Irmão Panini, Av. Dr. Agrícola Fonseca, número quatrocentos e vinte e quatro, Centro, as
15 seguintes autoridades, Prefeita Lilian Ramos Narloch, Presidente da Câmara de Vereadores Luciane Teixeira, Coordenador
16 do Convênio e docente do curso de Bacharelado em Geografia Prof. Dr. Marcio Jose Ornat, Secretário de Turismo Leandro
17 Dieguiz Gonçalves, Secretária de Planejamento e Projetos Patrícia Gonzalez da Fonseca, Secretário de Meio Ambiente e
18 Desenvolvimento Sustentável Cassiano Ricardo Soares Lopes. Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da
19 Biodiversidade Camile Lugarini, Representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
20 Renováveis, Matheus Rodrigo Silvério, Representante do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná Unidade Municipal
21 de Guaraqueçaba Mário Lúcio Grubhofer Rauli, Representante do Instituto Água e Terra Maria Wanda de Alencar,
22 Representante do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná Didi (Adnã Chagas das Dores).
23 Para a composição da mesa de autoridades foram chamados os seguintes representantes: Prefeita Lilian Ramos Narloch,
24 Secretária de Planejamento e Projetos Patrícia Gonzalez da Fonseca, Coordenador do Convênio e docente do curso de
25 Bacharelado em Geografia Prof. Dr. Marcio Jose Ornat, Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e Matheus
26 Rodrigo Silvério, Representante do Instituto Brasileiro de Representante do Instituto Água e Terra Maria Wanda de Alencar,
27 Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná Didi (Adnã Chagas das Dores), Representante do
28 Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade Camile Lugarini e, Claudio Nunes do Movimento de Pescadores e
29 Pescadoras da Ilha de Superaguai, além dos municípios de Guaraqueçaba, Paraná (Anexo Um, Anexo Dois e Anexo Três), para
30 a Primeira Audiência Pública de Lançamento da Revisão do Plano Diretor Participativo de Guaraqueçaba, Paraná (Dois mil
31 e vinte e quatro – dois mil e trinta e quatro). Dando início aos trabalhos, o Mestre de Cerimônia, Sr. Saras Resende Paula,
32 saudou os presentes, chamando as autoridades para a constituição da mesa de abertura dos trabalhos. Após a execução do
33 Hino Nacional, a Prefeita Lilian Ramos Narloch tomou a palavra, tratando sobre a relevância da Revisão do Plano Diretor
34 Participativo para o desenvolvimento do Município de Guaraqueçaba e o trabalho do Grupo Específico da Universidade
35 Estadual de Ponta Grossa, da grande importância do Plano Diretor e da participação popular em todo o processo para que as
36 suas demandas possam ser atendidas para a melhoria das condições de vida dos municípios. Após isso, o Sr. Saras Resende
37 Paula, desfez mesa e chamou a primeira palestrante do evento, a Geógrafa Judite Bueno de Camargo, técnica recém formada
38 e bolsista do projeto de extensão, que proferiu a palestra intitulada “O Plano Diretor Participativo do Município de
39 Guaraqueçaba (Dois mil e vinte e quatro – dois mil e trinta e quatro)”, tratou sobre a compreensão do Plano Diretor, que de
40 acordo com a Constituição Federal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Segundo sua
41 fala, esta lei é de competência municipal, devendo conter os aspectos físicos, econômicos e sociais que são desejados pela
42 coletividade do município. Segundo a Geógrafa Judite Bueno de Camargo, é através do Plano Diretor que o Poder Executivo
43 deve trabalhar na realidade municipal, para que se possa ampliar a qualidade de vida da população do município de
Guaraqueçaba. Em sua fala, os objetivos apresentados para o Plano Diretor são os de (um) definir a organização do território

44 municipal, tanto urbano como rural e insular, de acordo com os objetivos desejados para o desenvolvimento municipal, (dois)
45 explicitar quais estratégias serão utilizadas para atingir estes objetivos, e (três) criar os meios para a operacionalização destes
46 instrumentos. Destacam-se como diretrizes para o Plano Diretor a garantia do direito a cidades sustentáveis, da gestão
47 democrática da cidade, do planejamento para o desenvolvimento da cidade, a ordenação para o controle do uso do solo, a
48 complementação e integração entre atividades urbanas, rurais e insulares, e a recuperação e preservação do meio ambiente.
49 Na sequência, a Geógrafa Judite Bueno de Camargo passou a palavra ao próximo palestrante, o Geógrafo Marcio Jose Ornat.
50 Doutor em Geografia, Professor do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Coordenador
51 do Convênio de Cooperação Técnica-Científica que entre si celebraram a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o
52 Município de Guaraqueçaba, com vistas a realização da Revisão do Plano Diretor Participativo deste município. Tomando a
53 palavra, o Professor Marcio Jose Ornat argumentou sobre a importância da participação popular no Processo de Revisão do
54 Plano Diretor Participativo de Guaraqueçaba. Na sequência, explanou a trajetória desenvolvida através da assinatura do
55 convênio, firmada na data de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e três, entre a Universidade Estadual de Ponta
56 Grossa e a Prefeitura de Guaraqueçaba, que nomeou a equipe para exercer a revisão, execução e acompanhamento do Plano
57 Diretor Participativo de Guaraqueçaba. O Professor Márcio também apresenta a metodologia para revisão do Plano Diretor
58 Participativo de Guaraqueçaba que foi adaptada do “Guia para Elaboração e Revisão de Planos Diretores” (Dois mil e
59 dezenove), do Ministério do Desenvolvimento Regional / Ministério do Meio Ambiente / – Deutsche Gesellschaft Für
60 Internationale Zusammenarbeit, e do “Termo de Referência” do Paraná Cidade (abril de dois mil e vinte um). Segundo o
61 Professor Marcio Jose Ornat, esta metodologia é estruturada em quatro fases, sendo elas: “Primeira Fase – Mobilização”,
62 quando se elabora o cronograma físico, a metodologia de trabalho, e se realiza a avaliação do planejamento, gestão urbana
63 do município, nomeação do grupo específico responsável pela Revisão do Plano Diretor Participativo e a realização da
64 Primeira Audiência Pública; “Segunda Fase – Análise Temática Integrada”, na qual a equipe realiza toda a leitura cartográfica
65 do município, tanto no que se refere a mapeamento regional, o mapeamento da evolução da ocupação do território, o
66 mapeamento da caracterização da população, o mapeamento de uso e ocupação do solo, o mapeamento das condições de
67 infraestrutura, o mapeamento das condições ambientais e dos serviços ecossistêmicos, o mapeamento das condições de
68 mobilidade e o mapeamento das condições de moradia. Os próximos momentos desta fase são a definição das Unidades
69 Espaciais de Gestão, a partir da aplicação de Leituras Comunitárias – Reunião de Plano de Consulta, Reuniões informativas
70 locais, a identificação dos temas, a identificação das problemáticas, a consolidação das propostas – estratégias, instrumentos
71 e ferramentas complementares, o estabelecimento da capacidade de investimento do município, a avaliação da estrutura e
72 funcionamento dos conselhos municipais existentes, a elaboração da síntese da análise temática integrada e o estabelecimento
73 dos objetivos para o desenvolvimento municipal, a Segunda audiência Pública após reuniões internas e a Terceira audiência
74 Pública – reunião de decisão; negociação de acordo com a Convenção número Cento e Sessenta e Nove da Organização
75 Internacional do Trabalho / Protocolo de Consulta – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná; Neste
76 Momento, o Sr. Roberto Barbosa Souza se manifestou sobre o acesso do cronograma de ações do Plano Diretor Municipal.
77 O Professor Marcio José Ornat citou o site da prefeitura e outros meios de comunicação e a divulgação com carros de som e
78 o site Geocidades. O Sr. Roberto Barbosa Souza também questionou como se dará a participação da população no processo,
79 que também foi respondido pelo Professor Marcio, citando a metodologia da leitura comunitária. A Sra. Luciane Teixeira
80 Pereira, perguntou sobre a logística desse processo, que foi respondido pelo Professor Marcio – organização prévia da ação,
81 considerando possíveis alterações. O Sr. Ricardo de Souza perguntou sobre possibilidade de fazer comentários nas
82 publicações disponíveis no site, que foram respondidas pelo Professor Marcio como uma obrigatoriedade do Processo, a
83 publicização de todo o processo para acesso da população, que é passível de judicialização. O Sr. Didi (Adnã Chagas das
84 Dores) falou sobre a abertura do Plano Diretor Municipal e da condição das Comunidades Tradicionais que estão presentes
85 no Município, citando a Convenção Cento e Sessenta e Nove da Organização Internacional do Trabalho, que estão à frente

86 das condições de vida dessas comunidades, afirmando que as Comunidades Tradicionais devem ser consultadas de maneira
87 diferenciada, sendo apropriada a sua realidade e a legislação. Salientou sobre algumas decisões que já foram tomadas de
88 maneira hierárquica e que não consideraram as especificidades e legitimidade dessas comunidades tradicionais, ressaltando
89 sobre a importância do protocolo de consulta. Frisou sobre a condição de apresentação do Plano Diretor Municipal para as
90 pessoas da comunidade, para o acesso e conhecimento de todos, sobre o que é e qual a sua finalidade. O Sr. Claudio Nunes
91 também frisou a questão do respeito à cultura, tempo e disponibilidade das comunidades para a participação da Audiência
92 Pública referente ao Plano Diretor. O Professor Marcio Jose Ornat respondeu essas indagações afirmando a inclusão do
93 Protocolo de Consulta no Processo, além de considerar a audiência pública enquanto instrumento jurídico do Plano Diretor.
94 O Sr. Didi reafirmou sobre a importância de Protocolo e Consulta para as Comunidades Tradicionais. A Secretária Patrícia
95 Gonzalez da Fonseca pediu palavra para falar que o processo é legal e jurídico, e que está sendo desenvolvido para garantir
96 a participação da população nesse processo. O Professor Márcio também considerou a legalidade de todo o processo de
97 Revisão do Plano Diretor por meio de todas as etapas e fases que devem ser vencidas. A Sra. Lígia Carolina Alcântara Pinotti
98 perguntou sobre a organização da realização do processo de consulta do Protocolo de Consulta das Comunidades e como vai
99 ser repassado para as comunidades, que segundo o Prof. Márcio, dependem de uma reunião de organização de planejamento
100 juntamente com a comunidade. O Sr. Roberto Barbosa Souza perguntou de quem é a iniciativa para a realização do Processo
101 do Plano Diretor. O Prof. Marcio frisou que o Plano Diretor é um contrato social e que parte do coletivo, que deve ser
102 realizado em conjunto para que possa de fato ser Participativo, justificando que as análises realizadas devem ser aprovadas
103 por todo o grupo, a condução do processo é o Executivo Municipal, mas que é deliberado por toda a população em conjunto
104 a partir das audiências públicas. A Sra. Judite Bueno de Camargo falou com o Sr. Luciano Cardoso Denardi que perguntou
105 sobre a aplicação do Processo do Protocolo de Consulta, que foi explicado pela Geógrafa que são consultas diferentes para
106 os grupos de acordo com as suas singularidades e condições, afirmando que vão ser ouvidos de maneira satisfatória em suas
107 respectivas particularidades. O Prof. Marcio ainda citou a questão da autonomia da comunidade nesse processo de elaboração
108 de demandas, que é um processo democrático e que contempla as demandas da comunidade. Os Srs. Paulo e Eduardo Petrin
109 perguntaram o que são comunidades tradicionais e o que define essa condição e como funciona em relação ao voto. O Sr.
110 Claudio Nunes respondeu que o tradicional é aquele que se reconhece como tal e é reconhecido pela comunidade. O Prof.
111 Marcio justificou que o voto é individual e que por meio da discussão em grupo ela pode ser aprovada ou não, de acordo com
112 as demandas da comunidade. O Professor ainda afirma que o Plano Diretor está preocupado com as demandas de saúde,
113 educação, locomoção e economia, por exemplo, e que esses são objetos que devem ser discutidos, levantados para melhorar
114 qualidade da vida das pessoas em relação aos direitos básicos que são garantidos constitucionalmente. Segundo o Geógrafo
115 Márcio José Ornat, a “Terceira Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável”, é feita pelo (re)ordenamento
116 territorial, pela elaboração das propostas para garantir o direito à cidade sustentável e os instrumentos urbanísticos e
117 ferramentas complementares. É exposto que nesta fase será criada uma quarta audiência pública de informação sobre o
118 (re)ordenamento territorial, cidade sustentável e instrumentos urbanísticos. Após as reuniões internas, subsequente será
119 realizada uma quinta audiência pública deliberativa sobre a revisão do Plano Diretor Participativo. O Prof. Marcio ainda
120 reitera a ação pedagógica da discussão de conscientização do que é o Plano Diretor Participativo para toda a população do
121 município de Guaraqueçaba. Por fim, a “Quarta Fase – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do Plano Diretor
122 Municipal” consiste no estabelecimento do Plano de Ação e Investimentos, na institucionalização do Plano Diretor Municipal,
123 no Sistema de Planejamento e Gestão do Plano Diretor Municipal e na Estrutura Organizacional da Prefeitura de
124 Guaraqueçaba. Após as reuniões, será realizada a sexta audiência pública informando a estrutura do Plano Diretor
125 Participativo e a sétima Audiência Pública sendo deliberativa seguindo as diretrizes da Convenção número Cento e Sessenta
126 e Nove da Organização Internacional do Trabalho a partir de reuniões decisivas e de negociação. O Professor Marcio Jose
127 Ornat indicou que as próximas fases programadas para o ano de dois mil e vinte e quatro são as da Segunda Fase (maio de

128 dois mil e vinte quatro) – Análise Temática Integrada, Terceira Fase (setembro de dois mil e vinte e quatro) – Diretrizes e
 129 Propostas, Quarta Fase (novembro de dois mil e vinte quatro) – Plano de Ação e Investimentos e Institucionalização do Plano
 130 Diretor Municipal de Guaraqueçaba. Ressaltou-se a possibilidade de flexibilização do cronograma devido as condições
 131 climáticas, logísticas e dos agentes envolvidos. Finalizada a fala, o Professor Marcio Jose Ornat, abriu para questionamentos
 132 e esclarecimentos da plenária presente. A Sra. Judite mediu o processo de perguntas. O Sr. Arildo Pontes dos Reis Santos
 133 falou sobre utilizar o instrumento do Plano Diretor para gerar uma União na Comunidade respeitando as diferenças a fim de
 134 um consenso para a construção legal do crescimento do IDH e outros aspectos do Município, para que todo mundo saia
 135 ganhando. A Sr. Edna Cristina dos Santos Cogrossi, questionou sobre o título da Comunidade Tradicional e para adquirir o
 136 Protocolo de Consulta. O Sr. Arildo pediu para a Sr. Edna que dirija-se a Secretaria da Agricultura para tirar suas dúvidas. A
 137 Sra. Aparecida Camargo questionou sobre a questão do Protocolo de Consulta e até que ponto ele pode ser o único documento
 138 responsável por representar a forma de pensar. O Prof. Marcio responde que o Protocolo é um instrumento metodológico que
 139 amplia a possibilidade do Plano Diretor dar conta das condições complexas e singulares que se apresentam no Município. A
 140 Sra. Luciane Teixeira Pereira complementou a explicação do Prof. Marcio salientando sobre a direção que o município deve
 141 tomar para ampliar as condições de vida das pessoas da comunidade. A Sra. Luciane Teixeira Pereira também fala da
 142 importância do Plano Diretor, o trabalho para a Construção do Plano Diretor e o respeito e contemplação de todos os grupos.
 143 Afirmando ainda que vai ajudar na demanda de divulgação. A Sr. Ligia representando o LAGEAMB da Universidade Federal
 144 do Paraná falou sobre o trabalho da Universidade nas Pesquisas na Ilha de Superagui e Ilha das Peças e reiterou a disposição
 145 da Universidade Federal do Paraná no Processo de construção do Plano Diretor. O Sr. Didi (Adnã Chagas das Dores) falou
 146 sobre as condições de se utilizar o Protocolo de Consulta das Comunidades, e como foi o processo para adquirir esse objeto
 147 tão importante para a vida das Comunidades Tradicionais. O Prof. Marcio ainda comentou sobre a condição de entrega do
 148 Plano Diretor do Município e a sua utilização para a regularização institucional do município. Cita ainda as possibilidades
 149 do Protocolo de Consulta para a composição do Plano Diretor Municipal. Houve ainda esclarecimento sobre o que é esse
 150 Protocolo de Consulta, a partir da Convenção número Cento e Sessenta e Nove da Organização Internacional do Trabalho /
 151 Protocolo de Consulta – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná. Após a realização de todas
 152 as manifestações dos presentes, o Sr. Marcio Jose Ornat, em regime de votação, submeteu para aprovação a Proposta de
 153 Metodologia para Revisão do Plano Diretor Participativo de Guaraqueçaba. Com a manifestação de sessenta e dois presentes,
 154 por **UNANIMIDADE**, a Proposta de Metodologia para Revisão do Plano Diretor Participativo de Guaraqueçaba, foi
 155 **APROVADA**, e após declarando iniciado os trabalhos do Plano Diretor Participativo de Guaraqueçaba, Paraná. Não havendo
 156 nenhum assunto adicional o Sr. Marcio Jose Ornat, encerrou a 1º Audiência Pública às dezessete horas e trinta minutos,
 157 agradecendo a presença de todos. Nós, Alides Baptista Chimin Junior e Andriéli Gmach, lavramos a presente ata que após
 158 lida e aprovada vai por todos assinada.

Claudio A. Mund...
[Signature]
Alboreo Reis
Itaniel Pedro
Fernanda da S. Xavier
Raiza Baptista
Rhina Leite
[Signature]

[Signature]

[Signature]

~~Handwritten scribble~~

~~Handwritten scribble~~

~~Handwritten scribble~~

~~Handwritten scribble~~

~~Handwritten scribble~~

Gojide T. C.

Adriano B. B. B.

Didi MOPEAR

Ofonaco

~~Handwritten scribble~~

ASL

Olvide Carneiro

Marcio C. V. Machado

~~Handwritten scribble~~

~~Handwritten scribble~~

Suzelen Guadagnin

~~Handwritten scribble~~

~~Handwritten scribble~~

Seras R

Maria Henrique de Brito